

**PROCESSO** - N. F. Nº 087034.0008/19-0  
**NOTIFICADO** - A. J. COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA.  
**EMITENTE** - OSMAR SOUZA OLIVEIRA  
**ORIGEM** - INFAZ CHAPADA DIAMANTINA  
**PUBLICAÇÃO** - INTERNET 12/07/2021

## **2ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL**

### **ACORDÃO JJF Nº 0117-02/21NF-VD**

**EMENTA:** ICMS MULTA. ARQUIVOS ELETRÔNICOS. EFD. FALTA DE ENTREGA NO PRAZO REGULAMENTAR. As alegações defensivas não desconstituem a acusação fiscal. Acusação fiscal comprovada nos autos. Sujeita o contribuinte ao pagamento da multa no valor de R\$1.380,00 em cada período de apuração Infração subsistente. Excluídos os períodos até 30/09/2014 e os períodos em que a inscrição estadual do contribuinte encontrava-se inapta. Retificada as datas de vencimento conforme o § 2º do art. 250 do RICMS/2012. Notificação Fiscal **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

## **RELATÓRIO**

A presente Notificação Fiscal – Fiscalização – Estabelecimento foi lavrada em 19/03/2019 e exige crédito tributário no valor de R\$27.600,00, referente a multa fixa tipificada no art. 42, inc. XIII-A, alínea “I” da Lei nº 7.014/96, pelo cometimento da infração – **16.14.02** – Deixou o contribuinte de efetuar a entrega do arquivo eletrônico da Escrituração Fiscal Digital – EFD, nos prazos previstos na legislação tributária, nos meses de janeiro de 2014 a agosto de 2015.

Enquadramento legal: art. 250, § 2º do RICMS/2012.

O notificado impugna o lançamento, através da defesa, fls. 15 e 16, onde inicialmente relata sumariamente os fatos e afirma que por não concordar com os termos da Notificação, apresenta seus argumentos.

Descreve como sua atividade principal a representação comercial, referente a prestação de serviço, portanto, sujeita apenas ao ISS. Diz que apesar de constar no seu objeto social as atividades econômicas secundárias de comércio varejista, nunca exerceu a compra e vendas de mercadorias, ficando sua atuação restrita à representação comercial.

Ressalta que não tendo desenvolvido atividade comercial, desconhecia a obrigação de efetuar a escrituração fiscal, e assim, deixou de cumpri-la por mero desconhecimento, sem a intenção de burlar a fiscalização, portanto, sem dolo.

Reconhecendo a infração, requer a dispensa da multa pelos motivos apresentados, por não ter imposto a ser declarado, recolhido ou a recolher e não ter havido dolo, simulação ou fraude, tendo como suporte no previsto “no § 7º, do inc. XV, do art. 42 da Lei nº 7.014/96”.

O Auditor Fiscal, à fl. 19, presta a informação fiscal, onde inicialmente relata os fatos e os argumentos da defesa. Em seguida, defende a manutenção parcial na Notificação Fiscal referente a cobrança de penalidades pela falta de entrega dos arquivos eletrônicos da Escrituração Fiscal Digital – EFD, por serem devidas para o período em que o contribuinte esteve na condição de ATIVO. Contudo, defende que devem ser excluídas as multas aplicadas nos períodos de maio a dezembro de 2014, março e abril de 2015, tendo em vista que nesses períodos, o contribuinte se encontrava na situação cadastral INAPTO, estando assim, impossibilitado de proceder as transmissões dos arquivos eletrônicos.

Dessa forma, refez a planilha totalizando a multa em R\$13.800,00, desconsiderando os períodos já citados.

Solicita a procedência parcial da Notificação Fiscal.

Considerando o disposto no art. 127, § 7º do RPAF/99 e que foram aduzidos fatos novos e anexados aos autos novo demonstrativo, o órgão preparador deveria ter providenciado a ciência do sujeito passivo, observado o disposto no § 1º do art. 18 do citado regulamento.

Constatando que tal providência não foi adotada pela unidade fazendária, os membros da 2ª Junta de Julgamento Fiscal, decidiram, em sessão de pauta suplementar, converter o processo em diligência à INFAZ de origem, para intimar o contribuinte a tomar conhecimento da informação fiscal prestada pelo Auditor Fiscal e do novo demonstrativo, mediante entrega da cópia, fl. 19 a 22, concedendo-lhe o prazo de dez dias para manifestação, e também comprovar o faturamento auferido pela empresa nos períodos de janeiro a dezembro de 2013 e 2014, tendo em vista a redação anterior do art. 248 do RICMS/2012, vigente até 30/09/2014.

Em cumprimento a diligência, o autuante, procedeu a intimação nos termos determinados, fl. 28, sem, contudo, ter o contribuinte atendido a solicitação da diligência.

O autuante devolveu os autos, fl. 30, informando que em razão do contribuinte não ter se manifestado, fez uma consulta ao Sistema NFE e constatou que entre 2013 e 2014, não houve por parte do notificado, emissão de documentos fiscais.

O resultado da diligência foi comunicado ao contribuinte através de mensagem postada em 18/12/2020, via Domicílio Tributário Eletrônico – DT-e, fl. 37, cuja ciência tácita ocorreu em 28/12/2020, sem ter o notificado se manifestado.

O Inspetor Fazendário, fl. 39, presta informação onde ressalta a cientificação do resultado da diligência o notificado e afirma que *“se pode constatar que a empresa não apresenta faturamento referente a venda de mercadorias no período, objeto da fiscalização, consoante espelhos em anexo do Sistema de Notas Fiscais Eletrônicas da SEFAZ/BA”*.

É o relatório.

## VOTO

Versa a presente Notificação Fiscal sobre uma infração tempestivamente impugnada pelo sujeito passivo, em razão de ter a Fiscalização constatado a falta de entrega do arquivo eletrônico da Escrituração Fiscal Digital – EFD, nos prazos previstos na legislação, especificamente no art. 250, § 2º do RICMS/2012, ou seja, até o dia 25 do mês subsequente ao do período de apuração, ainda que não tenham sido realizadas operações ou prestações nesse período.

Consulta ao SISTEMA DE INFORMAÇÕES DO CONTRIBUINTE – INC, constato que o notificado é inscrita no CAD-ICMS, até 01/01/2020 na condição NORMAL, exercendo a atividade econômica principal de representante comercial e agente do comércio de mercadorias em geral não especializado, estando cadastradas como atividades secundárias o comércio varejista de peças e acessórios novos para veículos automotores, de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios – minimercados, mercearias e armazém, de bebidas, de artigos de paparia e de produtos farmacêuticos, sem manipulação de fórmulas.

Verifico também, que o contribuinte ao longo de suas atividades, alternou em alguns períodos as situações cadastrais ATIVA e INAPTA. Entre 04/04/2014 e 28/01/2015 o notificado esteve na situação INAPTA, assim como entre 24/02/2015 e 04/05/2015 e 02/09/2015 e 19/06/2019. Por óbvio, nestes períodos, além de outras restrições impostas pelo RICMS/2012, esteve impedido de transmitir os arquivos eletrônicos à RECEITA FEDERAL DO BRASIL.

Ao examinar os autos, verifico que o lançamento está revestido das formalidades legais exigidas pelo RPAF/99, tendo sido a multa e suas respectivas bases de cálculo, evidenciadas de acordo com

o demonstrativo de débito e com indicação clara do nome, do endereço e da qualificação fiscal do sujeito passivo, além dos dispositivos da legislação infringidos.

Quanto ao mérito a Notificação refere-se à aplicação de multa por descumprimento de obrigação acessória, em vista da inadimplência em relação à obrigação de entregar os arquivos eletrônicos da EFD, tipificadas no art. 42, inc. XIII-A, alínea “I” da Lei nº 7.014/96.

Nesse contexto, ressalto que o art. 248 do RICMS/2012, atualmente vigente, determina que a Escrituração Fiscal Digital – EFD é de uso obrigatório para os contribuintes do ICMS, inscritos no cadastro estadual, exceto para o MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL e para os contribuintes optantes pelo SIMPLES NACIONAL. Contudo, a redação do citado artigo, vigente até 30/09/2014, era a transcrita a seguir:

*Art. 248. A Escrituração Fiscal Digital (EFD) é de uso obrigatório para os contribuintes do ICMS inscritos no cadastro estadual, observando-se os prazos estabelecidos a seguir, de acordo com o montante referente às operações e prestações sujeitas ao ICMS no ano imediatamente anterior:*

*I – a partir de 01/01/2011, aqueles cujo faturamento auferido no ano imediatamente anterior tenha sido superior a R\$36.000.000,00 (trinta e seis milhões de reais), observado o disposto no § 3º do art. 250;*

*II – a partir de 01/01/2012, aqueles cujo faturamento auferido no ano imediatamente anterior tenha sido superior a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais) até o limite de R\$36.000.000,00 (trinta e seis milhões de reais), observado o disposto no § 4º do art. 250;*

*III – a partir de 01/01/2013, aqueles cujo faturamento auferido no ano imediatamente anterior tenha sido igual ou superior a R\$3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais) até o limite de R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais);*

*IV – a partir de 01/01/2014, os não optantes do SIMPLES NACIONAL, cujo faturamento auferido no ano imediatamente anterior tenha sido inferior a R\$3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais);*

*V – a partir de 01/01/2016, os contribuintes optantes pelo SIMPLES NACIONAL, exceto o Microempreendedor Individual – MEI.*

Em 25 de setembro de 2014, com a publicação do Decreto nº 15.490, Alteração nº 25 do RICMS/2012, houve mudança na redação do art. 248, com efeitos de 01/10/2014 a 31/08/2015, que segue reproduzida:

*Art. 248. A Escrituração Fiscal Digital – EFD é de uso obrigatório para os contribuintes do ICMS inscritos no cadastro estadual, exceto para os contribuintes optantes pelo SIMPLES NACIONAL, que ficarão obrigados ao uso da EFD a partir de 01/01/2016.*

Não há indicativos nos registros nos sistemas de controles da SEFAZ que no exercício das atividades do notificado houve ocorrência de operações mercantis por ela praticadas ao longo de 2014 e 2015, pois, verifico que as DECLARAÇÕES E APURAÇÃO MENSAL DO ICMS – DMA, não apresentam movimentação de compra e venda de mercadorias, não constam registros no Sistema de Nota Fiscal Eletrônica – NFE o recebimento ou emissão de qualquer nota fiscal eletrônica, fato que indica ser verdadeira a arguição do notificado de que não exerceu as atividades de comércio nesse período, fato declarado pelo autuante, fl. 28 e pelo Inspetor Fazendário da INFAZ-Chapada Diamantina, fl. 30.

Considerando que até 30/09/2014, somente estariam obrigados a transmitir os arquivos da EFD os contribuintes não optantes do SIMPLES NACIONAL, cujo faturamento auferido no ano imediatamente anterior tenha sido superior a R\$3.600.000,00, não procede a aplicação da multa dos períodos de janeiro a setembro de 2014, restando devida a aplicação da penalidade, multa de R\$1.380,00 pela falta de entrega, no prazo previsto na legislação, da EFD somente para os meses de 2015, fato que impõe considerar parcialmente subsistente a infração, conforme demonstrativo de débito abaixo reproduzido.

Quanto ao pedido de dispensa da multa, lembro que a multa aplicada decorre da constatação do descumprimento de obrigação acessória, não havendo a exigência de imposto. Apesar de não ter sido comprovado, sequer aventado pelo autuante, de que a infração tenha sido praticada com

dolo, fraude ou simulação e não tenha implicado na falta de recolhimento do imposto, indefiro o pedido em razão da revogação do § 7º do art. 42 pela Lei nº 14.183/2019, com efeitos a partir de 13/12/2019.

Observo que as data consignadas no demonstrativo de débito, como data de vencimento, primeiro dia do mês subsequente ao período, há um equívoco, uma vez que o prazo para transmissão dos arquivos é o dia 25 do mês subsequente ao do período de apuração, ainda que não tenham sido realizadas operações ou prestações nesse período, conforme § 2º do art. 250 do RICMS/2012.

Destarte, de ofício, faço a devida correção quanto a data de vencimento a ser considerada no demonstrativo de débito da Notificação Fiscal, conforme segue.

Data Ocorrência	Data Vencimento	Multa
31/01/2015	25/02/2015	1.380,00
28/02/2015	25/03/2015	1.380,00
31/05/2015	25/06/2015	1.380,00
30/06/2015	25/07/2015	1.380,00
31/07/2015	25/08/2015	1.380,00
31/08/2015	25/09/2015	1.380,00
Total		8.280,00

Por tudo exposto, voto pela PROCEDÊNCIA PARCIAL da Notificação Fiscal.

#### RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 2ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, em instância ÚNICA, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** a Notificação Fiscal nº **087034.0008/19-0**, lavrada contra **A. J. COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA.**, devendo ser intimado o notificado para efetuar o pagamento da multa fixa no valor de **R\$8.280,00**, prevista no art. 42, inc. XIII-A, alínea “I” da Lei nº 7.014/96 e dos acréscimos legais.

Sala Virtual das Sessões do CONSEF, 28 de junho de 2021.

JORGE INÁCIO DE AQUINO – PRESIDENTE

JOSÉ ADELSON MATTOS RAMOS – RELATOR